

## Referências bibliográficas

1. ACKERMAN, Bruce. **Nós o Povo Soberano**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
2. ALEXY, Robert. **Constitucionalismo Discursivo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
3. AMORIM, Letícia Balsamão. **A distinção entre regras e princípios segundo Robert Alexy**: esboço e críticas. Revista de Informação Legislativa, v. 42, n.165, jan/mar 2005, p. 123 124, 2005.
4. ARENDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
5. ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios**. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.
6. AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Caracterização jurídica da dignidade da pessoa humana**. Revista dos Tribunais, v.91, n.797, p. 11-26, mar. 2002.
7. BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Processo Constitucional**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1994.
8. BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Teoria Geral do Processo Constitucional**. Revista da Faculdade Mineira de Direito, Vol. II, 3 e 4. Belo Horizonte: 1º e 2º semestres de 1999.
9. BARCELLOS, Ana Paula de. **Normatividade dos princípios e o princípio da dignidade da pessoa humana na Constituição de 1988**. Revista de Direito Administrativo, v. 221, p. 159-158, jul./set. 2000.
10. BARCELLOS, Ana Paula; BARROSO, Luís Roberto. A nova interpretação constitucional dos princípios. In: LEITE, George Salomão (org). **Dos Princípios Constitucionais - Considerações em torno das normas principiológicas da Constituição**. São Paulo: Malheiros, 2003.
11. BARRETO, Helena Guimarães. **Duração Razoável do Procedimento e Celeridade Processual**: Uma Análise Crítica do Rito Sumaríssimo na Justiça do Trabalho. IN: TAVARES, Fernando Horta (Org.). **Direito, Constituição e Processo**. Curitiba: Juruá, 2007.
12. BORNHOLDT, Meyer Rodrigo. A limitação dos princípios enquanto “categoria” aplicável ao método para a resolução de colisões entre direitos. In. PEIXINHO, Manoel Messias; GUERRA, Isabella Franco; FILHO, Firly Nascimento (Orgs.). **Os Princípios Constitucionais da Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2006.
13. Brasil. **Ato Institucional nº. 5**. Disponível em <[www.unificado.com.br/calendário/12/ai5.htm](http://www.unificado.com.br/calendário/12/ai5.htm)>. Acesso em Fevereiro de 2008.

14. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (orgs.). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999.
15. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador**. Coimbra: Editora Coimbra, 1994.
16. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador**. Coimbra: Editora Coimbra, 1994.
17. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional**. Coimbra: Livraria Almedina, 1989.
18. CARVALHO, Carlos Eduardo A. Fundamentação Racional das Decisões Jurídicas. In: TAVARES, Fernando Horta (Org.). **Constituição, Direito e Processo**. Curitiba, Editora Juruá, 2007.
19. CITTADINO, Gisele. **Pluralismo, direito e justiça distributiva: Elementos da filosofia constitucional contemporânea**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.
20. CITTADINO, Gisele. Princípios Constitucionais, Direitos Fundamentais e História. In: PEIXINHO, Manoel Messias; GUERRA, Isabella Franco; FILHO, Firly Nascimento (orgs). **Os Princípios Constitucionais da Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2006.
21. CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. **Hermenêutica Jurídica e(m) debate: o constitucionalismo brasileiro entre a teoria do discurso e a ontologia existencial**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.
22. CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. **Jurisdição constitucional democrática**. Belo Horizonte: Del Rey; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
23. CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza; SAMPAIO, José Adércio Leite. **Hermenêutica e Jurisdição Constitucional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
24. CRUZ, Paulo Márcio; GOMES, Rogério Zuel (Orgs.). **Princípios Constitucionais e Direitos Fundamentais**. Curitiba: Editora Juruá, 2006B.
25. DANTAS, Ivo. **Constituição e Processo**. Curitiba: Juruá, 2007.
26. DENNINGER, Erhard. La Reforma Constitucional en la Alemania Derechos Humanos ante el Tercer Milênio: Texto de la Conferencia pronunciada en la Universidad de Sevilla el 8 de mayo de 1993. Traducción castellana de Antonio-Enrique Pérez Luño. In: LUÑO, Antonio-Enrique Pérez (Coord.). **Derechos Humanos y Constitucionalismo ante el Tercer Milenio**. Editora Marcial Pons, 1993, p. 308.
27. DIAS, Ronaldo Brêtas de Carvalho; NEPOMUCENO, Luciana Diniz (Ogs.). **Processo Civil Reformado**. Belo Horizonte, Del Rey, 2007.

28. DITTRICH, Cícero. O Conteúdo e o Sentido do Princípio da Proporcionalidade e sua Identidade na Ordem Constitucional Brasileira Vigente. In: CRUZ, Paulo Márcio; GOMES, Rogério Zuel (Orgs.). **Princípios Constitucionais e Direitos Fundamentais**. Curitiba: Editora Juruá, 2006.
29. DUARTE, Taciana Nogueira de Carvalho. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e o Contraditório. In: TAVARES, Fernando Horta (Org.). **Constituição, Direito e Processo**. Curitiba, Editora Juruá, 2007.
30. DWORKIN, Ronald. **O Império do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
31. FAZZALARI, Elio. **Instituições de Direito Processual**. Campinas: Bookseller, 2006.
32. FERNANDES, Daniel André. **Os Princípios da Razoabilidade e da Ampla Defesa**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.
33. FERRAJOLI, Luigi. Derechos Fundamentales. In: \_\_\_\_\_. **Los fundamentos de los derechos fundamentales**. Madrid: Trotta, 2001.
34. FERREIRA, Pinto Luís. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988**. São Paulo: Saraiva, 1991.
35. GALEANO, Eduardo. **Palestra proferida no Fórum Social Mundial**. Porto Alegre, 2005.
36. GONÇALVES, Aroldo Plínio. **Técnica Processual e Teoria do Processo**. Rio de Janeiro: Aide, 2001.
37. GRECO, Leonardo. Garantias Fundamentais do Processo: O Processo Justo. PEIXINHO, Manoel Messias; GUERRA, Isabella Franco; FILHO, Firly Nascimento. **Os Princípios Constitucionais da Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Editora: Lumen Júris, 2006.
38. HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 2003.
39. HECK, Luís Afonso. O modelo das regras e o modelo dos princípios na colisão de direitos fundamentais. **Revista dos Tribunais**, v.781, nov., p. 75, 2000.
40. LEAL, André Cordeiro. **O Contraditório e a Fundamentação das Decisões no Direito Processual Democrático**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.
41. LEAL, Rosemiro Pereira. A Principiologia Jurídica do Processo na Teoria Neo-Institucionalista. IN: TAVARES, Fernando Horta (Org.). **Direito, Constituição e Processo**. Curitiba: Juruá, 2007.
42. LEAL, Rosemiro Pereira. **Coisa Julgada: de Chiovenda a Fazzalari**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

43. LEAL, Rosemiro Pereira. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Thomson, 2005.
44. LEITE, George Salomão e LEITE, Glauco Salomão. A Abertura da Constituição em Face dos Princípios Constitucionais. In: LEITE, George Salomão. **Dos Princípios Constitucionais**. São Paulo: Malheiros, 2003.
45. LIEBMAN, Enrico Tullio. **Manual de Direito Processual Civil**. Trad. Cândido Rangel Dinamarco. Rio de Janeiro: Forense, 1985.
46. LORENTZ, Lutiana Nacur. Ampla Defesa e Celeridade Processual: Compossibilidade Teórica. IN: LEAL, Rosemiro (Org.). **Estudos Continuados da Teoria do Processo**. Porto Alegre: Síntese, 2002.
47. MADEIRA, Dhenis Cruz. Da Impossibilidade de Supressão dos Princípios Institutivos do Processo. IN: TAVARES, Fernando Horta (Org.). **Direito, Constituição e Processo**. Curitiba: Juruá, 2007.
48. MADEU, Diógenes. A dignidade da pessoa humana como pressuposto para a efetivação da Justiça. **Lumen**, p. 95-104, julho/novembro, 2001.
49. MAGALHÃES, José Luiz Quadros. **Direito Constitucional**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.
50. MELGARÉ, Plínio. Princípios, regras e a tese dos direitos: apontamentos à luz de Ronald Dworkin. **Revista de Informação Legislativa**, v.41, n.163, p. 99-101, 2004.
51. Ministério Público Federal. **Petição interposta ao STF**. Disponível em: <[http://www.ghente.org/doc\\_juridicos/adin\\_3510.htm](http://www.ghente.org/doc_juridicos/adin_3510.htm)>. Acesso em fevereiro de 2008.
52. MÜLLER, Friedrich. **Métodos de Trabalho do Direito Constitucional**. 2ª Ed. Trad. Peter Naumana. Porto Alegre: Editora Max Limonad, 1999.
53. NUNES, Dierle José Coelho. **Direito Constitucional ao Recurso**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2006.
54. NUNES, Dierle José Coelho. O Princípio do Contraditório: Uma Garantia de Influência e de Não Surpresa. IN: TAVARES, Fernando Horta (Org.). **Direito, Constituição e Processo**. Curitiba: Juruá, 2007.
55. NUNES, Luiz Antônio Rizzato. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 2002.
56. OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Processo e Hermenêutica na Tutela Penal dos Direitos Fundamentais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
57. OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. **Fé e Política: fundamentos**. São Paulo: Idéias e Letras, 2005. BOFF, Leonardo apud OLIVEIRA, 2005.

58. ONU. **Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948**. Disponível em <[http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/legislacao-pfdc/trabalho-escravo/docs\\_acordos\\_internacionais/declaracao\\_universal.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/legislacao-pfdc/trabalho-escravo/docs_acordos_internacionais/declaracao_universal.pdf)>. Acesso em Fevereiro de 2008.
59. PACHELLI, Eugênio de Oliveira. **Processo e Hermenêutica na Tutela Penal dos Direitos Fundamentais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
60. PEIXINHO, Manoel Messias. **A Interpretação da Constituição e os Princípios Fundamentais**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2003.
61. PEREIRA, Jane Reis Gonçalves; SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da. A Estrutura Normativa das Normas Constitucionais: Notas sobre a Distinção entre Princípios e Regras. In. PEIXINHO, Manoel Messias; GUERRA, Isabella Franco; FILHO, Firly Nascimento (Orgs.). **Os Princípios Constitucionais da Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2006.
62. PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. In: LEITE, George Salomão (org). **Dos Princípios Constitucionais: Considerações em torno das normas principiológicas da Constituição**. São Paulo: Malheiros, 2003.
63. PIOVESAN, Flavia. **Temas de direitos humanos**. São Paulo: Max Limonad, 2003.
64. QUARESMA, Regina; GUIMARAENS, Francisco. Princípios Fundamentais e Garantias Constitucionais. In. PEIXINHO, Manoel Messias; GUERRA, Isabella Franco; FILHO, Firly Nascimento (Orgs.). **Os Princípios Constitucionais da Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2006.
65. QUEIROZ, Cristina. **Direitos Fundamentais Sociais**. Coimbra: Editora Coimbra, 2006.
66. ROCHA, Carmem Lúcia. Antunes. **Direito de Todos e para Todos**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2004.
67. ROCHA, Carmem Lúcia. Antunes. O princípio da dignidade da pessoa humana e a exclusão social. **Interesse Público**, v.1, n. 4, p. 23-48, out./dez. 1999.
68. SAMPAIO, José Adércio Leite. **Direitos Fundamentais**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2004.
69. SAMPAIO, José Adércio Leite. **O Conselho Nacional de Justiça e a Independência do Judiciário**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
70. SANTOS, Adriano Lúcio; MATTOS, Bruno Ferreira Bini de; QUEIROZ, Fábio Henrique. A Coisa Julgada em Liebman. IN: LEAL, Rosemiro Pereira (Org.). **Coisa Julgada: de Chiovenda a Fazzalari**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

71. SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais. In: LEITE, George Salomão (org). **Dos Princípios Constitucionais - Considerações em torno das normas principiológicas da Constituição**. São Paulo: Malheiros, 2003.
72. SARLET, Wolfgang Ingo. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição da República de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.
73. SARMENTO, Daniel. Os Princípios Constitucionais da Liberdade e da Autonomia Privada. In: LEITE, George Salomão (org). **Dos Princípios Constitucionais: Considerações em torno das normas principiológicas da Constituição**. São Paulo: Malheiros, 2003.
74. SILVA, José Afonso da. A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia. **Revista de Direito Administrativo**, v. 212, p. 84-94, abr./jun. 1998.
75. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **ADI 3510**. Relator Ministro Carlos Britto. Disponível em: <[http://conjur.estadao.com.br/pdf/Voto\\_Britto\\_ADI3510.pdf](http://conjur.estadao.com.br/pdf/Voto_Britto_ADI3510.pdf)>. Acesso em março de 2008.
76. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **RE 248869-SP**. Rel. Min. Maurício Corrêa. DJU 12/03/2004.
77. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **RE 359444-RJ**. Relatório original Ministro Carlos Velloso. Rel. para acórdão Min. Marco Aurélio. DJU 28/05/2004.
78. TEPEDINO, Gustavo. **Temas de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.
79. THEODORO JÚNIOR, Humberto. **As Novas Reformas do Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
80. THEODORO JÚNIOR, Humberto. As Vias de Execução do Código de Processo Civil Brasileiro Reformado. IN: DIAS, Ronaldo Brêtas de Carvalho; NEPOMUCENO, Luciana Diniz (Ogs.). **Processo Civil Reformado**. Belo Horizonte, Del Rey, 2007.
81. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Processo de Conhecimento. In: MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **Direito Constitucional**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.
82. VIEIRA, José Ribas. A Noção dos Princípios no Direito Público do Estado Democrático. In. PEIXINHO, Manoel Messias; GUERRA, Isabella Franco; FILHO, Firly Nascimento (Orgs.). **Os Princípios Constitucionais da Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2006.